

# "Progressistas" ameaçam deixar o PMDB

Da Sucursal de Brasília

Os parlamentares da ala esquerda do PMDB, que formam o Movimento de Unidade Progressista, disseram ontem ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, que não continuarão no partido se persistir o apoio ao governo e à política econômica vigente, e que pretendem criar uma nova agremiação. Os parlamentares, que se dizem a "ala socialista" do PMDB, apresentaram a Ulysses um documento em que criticam o governo Sarney, o arrocho salarial (afirmam que os salários estão 30% abaixo do valor de outubro de 1986) as altas taxas de juros e as desvalorizações cambiais. A reunião foi no apartamento da deputada Rose de Freitas (ES), e teve a presença de 25 deputados e dois senadores — Afonso Camargo (PR) e Mansueto de Lavor (PE).

O encontro foi pedido pelo próprio Ulysses, interessado em evitar dissidências no PMDB e preocupado com os trabalhos do Congresso constituinte, segundo explicou aos membros do grupo. Os parlamentares do MUP fizeram, na véspera, uma reunião preparatória no apartamento do deputado Wilson de Sousa (SC), que durou sete horas e teve a presença do prefeito do Rio de Janeiro, o ex-pede-



Os "progressistas" do PMDB reúnem-se com o deputado Ulysses Guimarães

tista Roberto Saturnino Braga, que se dispôs a esperar o fim dos trabalhos do Congresso constituinte para fundar com eles o novo partido.

No encontro com Ulysses, que durou duas horas, falou inicialmente pelo grupo o deputado Nelson Friedrich (PR), que falou dos erros do governo na condução da política econômica, da aproximação do Brasil com o FMI, do descumprimento sistemático do programa do partido, das represálias que o governo vem promovendo contra os deputados "progressistas" e que defendem mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Houve, depois, um revezamento dos parlamentares nas queixas contra o governo e ao apoio irrestrito que lhe tem dado o presidente do partido, o próprio Ulysses.

Em certo momento, impaciente, o senador Afonso Camargo perguntou a Ulysses: "Presidente, qual a razão de o senhor defender um mandato de cinco anos para Sarney, se o compromisso da Aliança Democrática e de Tancredo Neves era pelos quatro anos?" Ulysses respondeu que, pessoalmente, sempre achou que em regime presidencialista o mandato deveria ser de cinco anos, inclusive para Sarney.

## O que é o MUP

O "Movimento de Unidade Progressista", ou MUP, a mais nova sigla a povoar o poluído universo político brasileiro, era originalmente uma articulação dos parlamentares de tendência claramente socialista ou socializante que permaneceram abrigados no PMDB.

Mas a palavra socialismo acabou sendo cuidadosamente evitada pelo grupo porque a ele se juntaram personagens que não têm o mais remoto parentesco com essa linha-gem político-ideológica. É o caso do senador Afonso Camargo (PR), que migrou da Arena e foi articulador político e ministro de Tancredo Neves (antônimo de radicalização).

Até o senador Ruy Bacelar (BA) frequentou reuniões do MUP, embora tenha sido, em 1977, o porta-voz parlamentar do então ministro do Exército, general Silvío Frota.

Convém deixar claro que o senador Mário Covas (SP) não é membro do MUP, ainda que este o considere um "aliado estreito", categoria que incluiu os governadores Carlos Bezerra (MT), Miguel Arraes (PE) e Waldir Pires (BA). (CR)

# Ulysses tenta controlar 'grupo do consenso'

Da Sucursal de Brasília

Preocupado com o crescimento e fortalecimento do "grupo do consenso" (articulação suprapartidária que está conduzindo um amplo processo de negociação dos pontos polêmicos da nova Constituição), o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, convocou uma reunião-jantar para às 19h30 de ontem, onde cobraria definições do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, e procuraria impor seu controle direto sobre o grupo.

Além de Cabral, foram convidados os líderes do PMDB na Câmara, Senado e Congresso constituinte, respectivamente, deputado Luiz Henrique (SC), senadores Fernando Henrique Cardoso (SP) e Mário Covas (SP), e o presidente da Comissão de

Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Dos quatro relatores-adjuntos de Cabral, apenas o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) foi convocado. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o jurista Miguel Reale Júnior também integravam o grupo. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, foi convidado, mas estava fora de Brasília. Embora estimule e apoie formalmente o "grupo do consenso", Ulysses teme perder o comando do processo de negociação no Congresso constituinte.

Além do grupo suprapartidário, que congrega constituintes do PMDB, PFL, PDS, PDT, PT, PSB e PCB, os "moderados" do Congresso constituinte constituíram um outro grupo que está fazendo o mesmo trabalho do "grupo do consenso". Os "mode-

rados" já enxugaram a nova Constituição de duzentos artigos, escrevendo um texto alternativo ao projeto Cabral.

Ulysses não acredita que Bernardo Cabral consiga assumir o controle dos trabalhos diante de propostas tão divergentes, e teme que ele seja atropelado pelo escasso tempo que dispõe para redigir seu substitutivo. Apesar de também estimular os grupos suprapartidários, o relator da Comissão de Sistematização não tem acompanhado diretamente a atividade dos parlamentares que integram esses grupos.

Ulysses pediu que Cabral levasse à reunião de ontem um primeiro esboço do substitutivo que vem preparando para iniciar um processo de negociação com os outros partidos. Ulysses se irritou ao saber que

Cabral estava no Rio de Janeiro e chegaria atrasado ao encontro.

Esta será a segunda reunião de

Ulysses, Cabral e peemedebistas em menos de quinze dias. Na última, o senador Mário Covas não foi convidado, tendo sido posto de lado no processo de negociação idealizado por Ulysses. Agora, o presidente do Congresso constituinte reaproxima-se do líder peemedebista.

Da mesma maneira, o "grupo do consenso" convidou Reale Júnior para a próxima reunião, marcada para 5 de agosto, numa clara tentativa de aproximar Ulysses dessa articulação. O jurista é o principal assessor do presidente do PMDB para assuntos constitucionais.

Leia a opinião da Folha no editorial "Constituinte e negociação", na pág. A-2

# Scalco é um dos principais articuladores do PMDB

MAURO LOPES

Repórter da Sucursal de Brasília

Vestido sem qualquer apuro, grandes orelhas de abano, bigode de matuto e passo sempre apressado, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), 54, não costuma ser seguido no Congresso Nacional pela corte de jornalistas que cerca as grandes estrelas como Ulysses Guimarães, Mário Covas ou Marco Maciel. Mas o coordenador do "grupo do consenso" (iniciativa impulsionada pela "esquerda positiva") é um dos principais articuladores peemedebistas.

"O grupo surgiu em função da perplexidade de diversos companheiros em relação à Constituinte e da constatação que ninguém tem hegemonia aqui dentro, e que será necessário chegar a um projeto negociado que corresponda ao pensamento da sociedade", diz Scalco para explicar como surgiu o "grupo do consenso".

As primeiras discussões começaram há quase dois meses, inauguradas com uma conversa entre o líder do PMDB no Congresso constituinte, Mário Covas (SP), e os deputados Jayme Santana (PFL-MA) e Miro Teixeira (PMDB-RJ). Logo depois, reuniam-se na casa de Santana um

grupo de peemedebistas e pefelistas. Scalco estava lá, e foi escolhido como coordenador da articulação, que hoje já incorpora parlamentares do PDS, PT, PDT, PCB e PSB.

Scalco foi eleito para a direção nacional do MDB em 1980 e reconduzido para a direção do PMDB em 1982 e em 1985 — sempre em cargos reservados a articuladores: no antigo MDB, foi 1.º secretário da Executiva Nacional; no PMDB, 2.º secretário e depois 1.º secretário, cargo que exerce atualmente.

Procurado pela Folha ontem de manhã, Scalco recusou-se a conceder uma entrevista sobre o "grupo do consenso". "Há um consenso no grupo de que ele não deve ser utilizado para projetar ninguém, que o objetivo é chegar a pontos de acordo, e não fica bem eu falar em nome do grupo", argumentou. O retraimento e a discrição são características incorporadas ao seu estilo político. Quando é convidado para palestras ou debates no Paraná fora de sua base eleitoral, circunscrita a 21 municípios do sudoeste do Estado, Scalco invariavelmente consulta o parlamentar peemedebista com base na cidade para indagar se não há nenhum inconveniente político.

Scalco entrou na política pela

janela. Criado em Guaporé, interior do Rio Grande do Sul, mudou-se para Francisco Beltrão (540 km a sudoeste de Curitiba-PR), em 1959, fugindo da pressão familiar para que seguisse a carreira política do pai, prefeito de Guaporé entre 1956 e 1960. Mas não conseguiu. Em 1960, elegeu-se vereador em Francisco Beltrão pelo PTB, convidado pelo médico proprietário do hospital onde fora trabalhar como farmacêutico. O médico era Valter Pecoits, que havia liderado uma revolta de posseiros no sudoeste paranaense em 1957 e se elegeu prefeito de Francisco Beltrão, também pelo PTB, em 1960. Em 1963, Scalco elegeu-se prefeito do município, para completar o mandato de Pecoits, que se elegeu deputado estadual e, no ano seguinte, novamente vereador.

Até 1974, quando foi eleito suplente do senador Leite Chaves (MDB), Scalco manteve-se afastado dos cargos eletivos. Entre 1975 e 1979 foi presidente do Diretório Regional do MDB no Paraná e, em 1978, elegeu-se para o primeiro mandato como deputado federal, pelo MDB, reelegendo-se em 1982 e 1986. Depois de uma rápida passagem pelo grupo "autêntico" do MDB, Scalco se ligou ao presidente do partido, Ulysses

Guimarães, transformando-se num de seus articuladores preferidos.

Entre 1983 e 1985 Scalco ficou afastado do Congresso Nacional, como chefe da Casa Civil do governo José Richa no Paraná. Eleito com 64.209 votos no último ano, retornou a Brasília e se afastou progressivamente de Ulysses, transformando-se no principal articulador do grupo do senador Mário Covas.

Scalco se define como "socialista democrático, de centro-esquerda". À afirmação de parlamentares paranaenses de que teria indicado três diretores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ele responde enfaticamente: "Não participei do sorteio de cargos federais feito na bancada paranaense em abril, quando fizeram uma tabela que pontuava cada cargo e cada deputado podia atingir x pontos, de acordo como valor atribuído a cada cargo".

Após a promulgação da Constituição, Scalco tem um cargo reservado para si no governo paranaense, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Álvaro Dias nomeou o vice-governador, Ari Queróz, para o cargo, e espera apenas o fim dos trabalhos do Congresso constituinte para substituí-lo por Scalco.